



**Confins**

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista  
franco-brasileira de geografia

**43 | 2019**  
**Número 43**

---

## Do território à territorialidade: construção do espaço do Assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS

*Du territoire à la territorialité: la construction de l'espace de l'Assentamento du  
MST Lagoa do Junco à Tapes, RS*

*From territory to territoriality: space building of the Settlement of MST Lagoa do  
Junco in Tapes, RS*

**Naiara Machado da Silva e Aline Reis Calvo Hernandez**

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/confins/24552>

DOI: 10.4000/confins.24552

ISSN: 1958-9212

### Editora

Hervé Théry

### Refêrencia eletrónica

Naiara Machado da Silva e Aline Reis Calvo Hernandez, « Do território à territorialidade: construção do espaço do Assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS », *Confins* [Online], 43 | 2019, posto online no dia 14 dezembro 2019, consultado o 08 janeiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/24552> ; DOI : 10.4000/confins.24552

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 8 janeiro 2020.



Confins – Revue franco-brésilienne de géographie est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Partage dans les Mêmes Conditions 4.0 International.

---

# Do território à territorialidade: construção do espaço do Assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS

*Du territoire à la territorialité: la construction de l'espace de l'Assentamento du  
MST Lagoa do Junco à Tapes, RS*

*From territory to territoriality: space building of the Settlement of MST Lagoa do  
Junco in Tapes, RS*

**Naiara Machado da Silva e Aline Reis Calvo Hernandez**

---

- 1 Compreendida como espaço vivido, a territorialidade vai sendo construída pela apropriação do espaço, relacionando-se à identidade e à afetividade, a partir dos aspectos subjetivos e simbólicos que a constituem. Sob a perspectiva das representações sociais, este artigo aborda aspectos formadores da territorialidade constituída e assimilada pelos integrantes do Assentamento Rural Lagoa do Junco, que há 23 anos estabeleceram-se no município de Tapes, no Rio Grande do Sul. Assim, no processo de territorialização, os assentados, que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram ressignificando o espaço ocupado. Nesse processo, o espaço transfigurou-se em território a partir da conflitualidade, caracterizada por Fernandes (2005, p. 30) como um “[...] estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios.” O território, na perspectiva desse autor, “[...] é espaço de vida e de morte, de liberdade e resistência. Por essa razão,

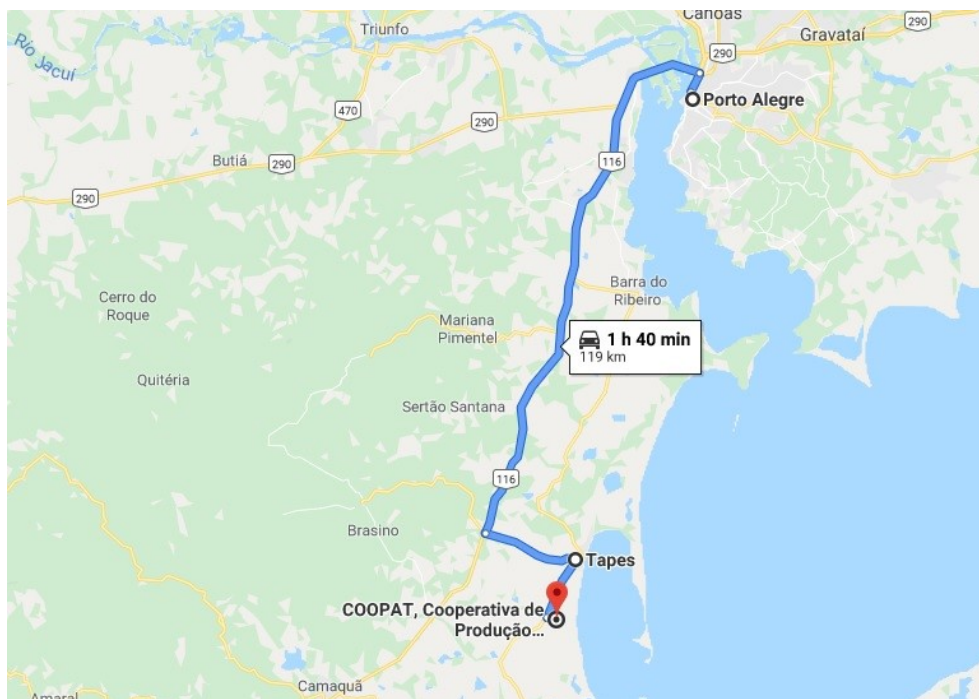


carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade” (FERNANDES, 2005, p. 30).

- 2 Nesse sentido, o espaço do Assentamento, que essencialmente representou a conquista coletiva de terra e trabalho, foi sendo significado como identidade para os assentados, integrando-se à identidade dos Sem Terra, que eles conservam após tantos anos. Os dados apresentados integram uma pesquisa mais ampla, desenvolvida na dissertação de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), centrada na elaboração e confrontação das representações sociais sobre os Sem Terra, o MST e o Assentamento, por meio da análise de três fluxos: 1) dados secundários de pesquisas (artigos sobre as notícias na mídia dominante no RS - Zero Hora, Berger (2003), e Rádio Gaúcha, Guareschi (2015), ambas realizadas em período próximo ao dos jornais locais), 2) pesquisa em jornais locais (em circulação em Tapes, RS, em 1995/96, época em que se estabeleceu o Assentamento - A Gaivota e Armazém de Notícias) e 3) entrevistas com duas lideranças dos assentados. Neste último fluxo de dados, que traz as representações sociais dos assentados, as temáticas relacionadas a território e territorialidade destacaram-se, constituindo uma das cinco categorias de análise obtidas, as quais foram designadas Campos de Significações na dissertação, e são nela discutidos na seção *A Voz dos Assentados* (SILVA, 2018).
- 3 No presente artigo, dentre esses cinco Campos de Significações, optou-se por focar naquele que se relaciona ao território e à territorialidade construída pelas famílias de agricultores no Assentamento Lagoa do Junco. Nessa temática, emergem questões como sentimento de pertença, disputas e mudanças sociais. Esse debate insere-se nas discussões acerca da propriedade, distribuição e acesso à terra, que, especialmente no Brasil, tencionam conflitos decorrentes de um histórico de alta concentração fundiária, desde as origens do país. Essa distribuição díspar situa-se no cerne da desigualdade social, com todas as mazelas que dela advém para o Estado e para a sociedade.
- 4 A partir das tensões decorrentes dessa distribuição desigual e da implantação de um modelo de desenvolvimento agrícola excludente se constituiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1985, durante a redemocratização do país. Segundo sua direção, o MST tem três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. “Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2016, s/p). Considerado o mais amplo movimento social da América Latina (FERNANDES, 1998), o MST, hoje organizado em 24 estados brasileiros, vem rumando ao desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável. Em suas demandas, além da democratização da propriedade da terra, defende a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o ambiente.
- 5 Nesse contexto, o Assentamento Lagoa do Junco segue o caminho de um modelo agroecológico, ao substituir, a partir de 1998, a produção convencional pelo cultivo de arroz orgânico. Assim, o Assentamento protagonizou as primeiras experiências nessa forma de cultivo, contribuindo decisivamente para a formação de uma rede de cooperativas, que hoje vem situando o estado do RS na posição de maior produtor de arroz orgânico da América Latina, de acordo com Sperb (2017), a partir de dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA). Constituído em 1995, esse Assentamento

abrange uma área de 807 hectares (ha) no interior de Tapes, na metade sul do estado, a 103 km da capital, Porto Alegre (Figura 1). No município, o arroz se destaca como o principal cultivo no setor primário, abrangendo 17,6 mil ha colhidos na safra de 2016-17 (IRGA, 2017). No Assentamento, há 30 famílias formalmente assentadas, sendo que sete delas já trabalhavam na área da antiga fazenda, desapropriada para reforma agrária.

Figura 1 – Mapa - localização e distância do Assentamento da capital e de Tapes



- 6 Os embates que culminaram com a ocupação deste território foram o ponto de partida do estudo mais amplo, do qual se originou o recorte utilizado neste artigo. Em suas últimas etapas, o estudo concentrou-se nas análises das entrevistas com os representantes do Assentamento e na elaboração de Mapas de Significações, compostos pelo conjunto de Campos de Significações obtidos a partir dos conteúdos analisados. O Mapa correspondente aos assentados está apresentado na Figura 2, sintetizando os principais conteúdos apreendidos a partir desses campos-dimensões emergentes nas entrevistas. Compreende-se que há confluências entre estes campos, mas não uma hierarquização. Em destaque, no Mapa de Significações dos assentados, visualiza-se a elipse realçada que contempla o Campo de Significações focado neste artigo: *Território e territorialidade: sentimento de pertença, disputas e mudanças sociais*.

Figura 2 - Mapa de Significações dos assentados

Fonte: SILVA (2018)

- 7 As entrevistas que embasaram o estudo ocorreram a partir de um roteiro semiestruturado junto a agricultores(as) estabelecidos(as) no Assentamento Lagoa do Junco, conforme a lista da Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA; 2014). Essas entrevistas em profundidade, com duas lideranças da comunidade, foram gravadas e analisadas, transcrevendo-se trechos das respostas, sendo preservadas as sequências discursivas de acordo com as respectivas temáticas. Na perspectiva de Bauer

e Gaskell (2003, p. 65), é a entrevista qualitativa que fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão “[...] das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.”

- 8 Nessa abordagem relacional, os Campos de Significações componentes do estudo originaram-se do agrupamento dos conteúdos ou campos de sentido obtidos a partir da análise e interpretação dos fluxos de dados, conforme preceitua Spink (2010), resultando, por fim, na elaboração dos Mapas de Significações. Essa forma de síntese e agrupamento dos conteúdos auxilia na tarefa de representar o conhecimento em suas múltiplas relações e os mapas são instrumentos para se visualizar o processo de interanimação, permitindo uma compreensão de como os conteúdos se organizam em torno de núcleos temáticos.
- 9 Desse modo, sob a perspectiva das representações sociais, o estudo buscou resgatar elementos cognitivos, afetivos, cotidianos e apreender as múltiplas dimensões envolvidas nos fenômenos sociais e nas suas correlações. Conforme Jodelet (2002, p. 22): “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” Nesse sentido, desde o início dos estudos no campo das representações sociais por Moscovici<sup>1</sup>, privilegiou-se a dimensão subjetiva, remetendo: “[...] a um sujeito que não seria um indivíduo isolado no seu modo de vida, mas seria autenticamente social; um sujeito que interioriza, se apropria das representações ao mesmo tempo em que intervém na sua construção.” (JODELET, 2009, p. 683).

## Territórios e territorialidades: espaços relacionais

- 10 No debate epistemológico sobre territórios e territorialidades, essas concepções entrecruzam-se, e, mesmo, se confundem. Na perspectiva deste estudo, busca-se trazer, além de conceitos, uma compreensão das dinâmicas que as relacionam. De acordo com Haesbaert (2007), territorialidade pode ser tratada num sentido mais amplo do que território, visto que, embora ambos contenham uma dimensão simbólica, a territorialidade não necessariamente está condicionada a uma dimensão material-concreta, condição que se verifica no caso do território. Para exemplificar essa relação, ele cita o caso da “Terra Prometida” dos judeus, cuja territorialidade os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse uma construção territorial correspondente de forma concreta. Nessas temáticas, o autor entende que as concepções de territorialidade devem estar sempre associadas a concepções de território correspondentes.
- 11 O território surge, desde sua origem, com uma dupla conotação, material e simbólica, conforme Haesbaert (2007, p. 20-21), ao ressaltar que o próprio termo, etimologicamente, aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), desse modo:

[...] tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o

privilegio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação".

- 12 O autor realiza uma revisão teórica sobre as diversas abordagens dos autores e propõe o esquema abaixo, no Quadro 1, a partir do qual o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'" (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Quadro 1- Esquema genérico de Haesbaert entre funcionalidade e simbolismo

Território de dominância “funcional”	Território de dominância “simbólica”
Processos de Dominação “Territórios da desigualdade”	Processos de Apropriação (Lefebvre) “Territórios da diferença”
Território “sem territorialidade” (empiricamente impossível)	Territorialidade “sem território” (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (?) (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: Haesbaert (2007)

- 13 Assim, para Haesbaert (2007, p. 23) “[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico”. Nesse sentido, Milton Santos enfatiza que os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando, o que leva a uma multiplicidade de ações, em função do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Ele percebe o território usado como um privilegiado campo de análise, pois revela tanto a estrutura global da sociedade quanto a própria complexidade do seu uso. Para o autor, na perspectiva de dominação dos atores hegemônicos, o território usado se constitui em um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares, enquanto que os atores hegemonzados têm no território um abrigo “[...] buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (SANTOS, 2000, p. 108).
- 14 Partindo dessa diferenciação, Haesbaert (2007) destaca que o capitalista, para quem o recurso é um meio para obter um fim (a acumulação e o lucro), pode abstrair-se da identificação com o espaço do recurso. Pelo contrário, para os “hegemonzados” o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais a funcionalidade (recurso) e a identidade (símbolo). Na concepção Haesbaert, trata-se de duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: “[...] os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana.” (HAESBAERT, 2004, p. 4). Nessa perspectiva, para algumas populações, perder o seu território é, de fato, desaparecer, como destaca Bonnemaision (2012, p. 290-291), pois o território envolve “todo o sentido que lhe foi atribuído por séculos de civilização campesina: ele é, ao mesmo tempo, raiz e cultura.”. Considerando o território enquanto “espaço-tempo vivido”, Haesbaert

(2007, p. 21) ressalta seu caráter “[...] múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno [...]”. Na sua visão, este Estado, como defensor de uma lógica territorial padrão, não admite outras formas de ordenação e, portanto, a multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

- 15 A territorialidade, entendida como a qualidade que o território adquire de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano, tem sido tratada sob uma perspectiva relacional e dinâmica também por parte de outros geógrafos. Raffestin (2009, p. 267) entende que as históricas relações entre o ser humano e o meio podem demonstrar ser a territorialidade do ser humano responsável pela crise do ambiente. Na sua visão, “A cada mudança de estado, técnica e, por consequência, a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos.”
- 16 As interações econômicas e culturais permeiam territorialidades. Para Haesbaert (2007, p. 25), especialmente nas atuais dinâmicas de destruição e reconstrução territorial, “[...] fica muito claro o ir e vir entre territórios mais impregnados de um sentido funcional, de controle físico de processos, e aqueles onde a dimensão simbólica - a territorialidade, para alguns - adquire um papel fundamental”. Após realizar uma revisão teórica, este autor procura sintetizar as formas com que a concepção de territorialidade tem sido proposta, que vão desde um enfoque mais epistemológico, como "abstração", ou condição genérica (teórica) para a existência do território, a qual depende do conceito de território proposto, até a territorialidade num sentido mais ontológico, segundo Haesbaert (2007, p. 25), sob três principais abordagens:
  - a. Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack).
  - b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou "comunidade territorial imaginada").
  - c. Como "espaço vivido" (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.
- 17 Destaca-se, no presente estudo, a concepção de territorialidade referida como espaço vivido, em função do seu caráter empírico. Ainda, Haesbaert (2007) busca "mapear" os vínculos e as distintas possibilidades para se trabalhar com a relação entre território e territorialidade, que vão desde a indistinção até a completa separação entre eles. Agrupando-se essas leituras, ele identifica a territorialidade tanto como uma concepção mais ampla do que território quanto a territorialidade como algo mais restrito, que seria uma simples "dimensão" do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território.
- 18 Um importante aspecto da territorialidade tratado por Haesbaert (2007) se refere aos objetivos dos processos de territorialização (dominação e/ou de apropriação do espaço), que variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Nessa “historicidade do território”, a variação se dá de acordo com o contexto histórico e geográfico, perpassando pelas diversas fases do capitalismo. Na concepção de Saquet (2009, p. 83), sobre esse processo: “A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais [...]”. Para ele, o território e a territorialidade são multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade e as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar. Tais

aspectos evidenciam-se nas falas dos assentados. Ao serem questionados sobre as suas experiências no Assentamento, eles manifestam-se em relação a dois diferentes contextos: quando se estabeleceram no município de Tapes, no ano de 1995, e quanto ao momento atual.

## Território e Territorialidade no Assentamento

- 19 As representações sociais apreendidas nas entrevistas evidenciaram o Campo de Significações que contempla território e territorialidade. Neste campo, abordado neste artigo, manifestam-se as diversas formas dos assentados se relacionarem com o lugar e com as pessoas no espaço compartilhado entre eles e nas suas interações sociais. Relações, estas, que além da comunidade local, abrangem toda uma rede de colaboração dos Sem Terra com integrantes de outros assentamentos. Nessa temática, destacam-se sentimento de pertença, disputas e mudanças sociais, os quais são discutidos a seguir, sob a perspectiva dos assentados. Para designá-los adotam-se os nomes fictícios Rosa e Cambará, preservando suas identidades. Ambos são considerados lideranças na comunidade, fixaram-se no Assentamento em Tapes desde o início, em 1995, são oriundos de regiões próximas, norte do RS e sul de Santa Catarina (SC) e possuem aproximados níveis de escolaridade (fundamental) e idades (estão na faixa dos 50 anos).

### Sentimento de Pertença

- 20 A territorialidade constituída no Assentamento Lagoa do Junco caracteriza-se por um forte sentimento de realização, revelado pelos assentados ao falarem do espaço que construíram, da agrovila, da convivência. Nesse sentido, além do caráter funcional, o espaço adquire um importante caráter simbólico e afetivo. Nesta e na próxima seção abordam-se aspectos relacionados ao território ocupado e à territorialidade constituída a partir das vivências dos assentados, explicitados nas falas dos entrevistados.
- 21 Assim, de forma elucidativa, Rosa expressa o seu sentimento em relação ao lugar: “[...] tu tem água, todo mundo bebe da mesma água(...) a convivência é muito boa, toda a vizinhança, eu não me veria em um outro lugar a não ser morar em uma agrovila, porque é muito bom, onde todo mundo se entende.” [grifo nosso]. Apreende-se, de suas palavras, o prazer experienciado neste lugar, em função do compartilhamento, do espaço e dos recursos. E, ainda, um profundo sentimento de identificação com esse modo de vida, na medida em que ela “se vê” a partir do espaço de convivência construído por eles. Nessa perspectiva, além do sentido de casa, o lugar é significado como espaço social vivido.
- 22 Também, Rosa refere o seguinte: “A gente se sente bem porque foi uma área, assim, que a gente conquistou, antes disso, a gente era sem terra, a identidade nossa é Sem Terra, mas a gente não tinha terra e trabalhava de meia, de meeiro.” [grifo nosso]. Expressa-se aí o sentimento de conquista coletiva, de terra e trabalho, e a consciência identitária de se reconhecer como Sem Terra<sup>2</sup>. Identifica-se que, embora assentados há 22 anos, os participantes da pesquisa mantêm essa relação de pertencimento ao grupo dos Sem Terra. Assim, ao conservarem o sentido comum da luta pela terra e pela reforma agrária, eles alimentam esse substrato, como referido por Guareschi (2005), de pessoas-relações que formam o grupo. Nesse sentido, o Movimento (2016) vem criando símbolos, ao longo do tempo, com elementos de agregação que constituem a mística do



movimento<sup>3</sup>, como a cruz da Encruzilhada Natalino, a bandeira (Figura 3) e o hino do MST.

Figura 3 - Bandeira do MST



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2016)

- 23 Rosa agrega, ainda, que agora têm um lugar melhor para morar, pois onde ela e sua família viviam, em Palmeira das Missões (RS), é um lugar de grande latifúndio (com muita produção de soja) e pequenas propriedades, “[...] onde pequeno é pequeno e o grande é grande, então tu não tem espaço lá.”
- 24 Nessa abordagem, conforme referido por Haesbaert (2007), ela manifesta não apenas a sua forma de uso da terra e de se organizar no espaço, mas também os significados que atribuiu a esses lugares nas diversas interações, como casa, abrigo, trabalho. E em função dessas vivências, ela conclui que, “Eu não tenho assim nenhum arrependimento de estar onde nós estamos hoje, tu construiu outro espaço”.
- 25 Sob uma perspectiva relacional e social, ao falar do seu sentimento em relação ao lugar, Camará também se manifesta quanto ao coletivo. Como explicitado, nas palavras dele: “Eu me sinto e me considero uma pessoa, no sentido que a gente queria quando a gente foi pra luta, consolidada, porque hoje a gente mostra para a sociedade da importância de se ter uma organização e que um novo tipo de cooperativa é possível.” Nessa concepção, evidencia-se uma territorialidade que privilegia os aspectos simbólicos e identitários, além dos aspectos funcionais do território. Explicita-se uma forma de expressão da identidade, como referido por Guareschi (2008), que emerge da “posição-de-sujeito”, do modo como nos tornamos algo (ou alguém) em uma determinada composição de grupo. Identidade, essa, configurada a partir das relações pessoais e sociais estabelecidas nas cooperativas e nos coletivos aos quais eles pertencem. Nesse aspecto, ao declarar que se sente “uma pessoa consolidada”, ele evidencia que, não somente passou por um processo de identificação a partir das relações e dos sentidos compartilhados, como também incorporou essas marcas identitárias, subjetivando-se.
- 26 Nesse sentido, destacou-se nas entrevistas a importância da cooperação nas relações que se estabeleceram entre estes atores, como forma de luta e, após, de manutenção na terra, sobrevivendo e produzindo, coletivamente. Conforme identificado, a cooperação emergiu como fator fundamental nos diferentes núcleos temáticos, dimensão, esta, representada no Mapa de Significações dos assentados (Figura 2), como um elemento que se relaciona a todos os campos. Desse modo, o sentimento coletivo costura a narrativa e as significações.

- 27 Em relação à cultura de organização, que se havia instaurado já entre os acampados, Cambará destaca este como aspecto chave no desenvolvimento do trabalho, também na fase pós-assentamento. Ele conta que, nos acampamentos, dividia-se o pessoal por setores, e recorda-se que, em um dos acampamentos dos quais participou, havia mais de mil famílias, em torno de 4,7 mil pessoas. Destaca, assim, o esforço dedicado na função de se organizarem, compensado pela vantagem de compartilharem problemas e dificuldades, resolvendo-os em conjunto. No período do acampamento, amadureceram a ideia de uma cooperativa, pesquisaram as possíveis formas e foram reunindo mais famílias que partilhassem desse entendimento. Assim, foram para a terra com um passo dado, podendo direcionar suas preocupações para o projeto de construção da vila, sendo tudo construído de modo colaborativo.
- 28 Na visão de Cambará, “a gente discutiu e viu que se nós continuar com um sistema individual a gente volta a ser sem terra bem ligeiro”. Assim, criou-se a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes Ltda. (COOPAT), à qual integram os assentados participantes nas entrevistas. Desse modo, grande parte da área conquistada passou a ser explorada coletivamente por meio da Cooperativa, que atualmente integra dez lotes na produção de arroz orgânico. Como referem Vial e Fortes (2005), chegaram a contar com 18 famílias cooperadas, mas algumas aderiram ao sistema convencional de cultivo, posteriormente, desvinculando-se da COOPAT (o arroz produzido pela Cooperativa é exclusivamente orgânico).
- 29 Cambará explica que, no sistema cooperado, cada família reúne em torno de 20 ha, sendo, em média, 14 ha de lavoura de arroz, pois tem a Área de Proteção Permanente (APP), áreas integradas de campo (gado) e as hortas. Quanto à produção do arroz orgânico, ele conta que conseguem em torno de 80 sacos por ha, por família, o equivalente a 8 ou 9 mil sacos pela Cooperativa. Estima que possuam, ao todo, 124 ha de arroz orgânico. Provêm da Cooperativa, também, os produtos da unidade de processamento e panificação, os quais são distribuídos para a merenda escolar em Tapes e na região, e consumidos pelos assentados. Esse espaço, vizinho à sede da Cooperativa (figuras 4 e 5, respectivamente), constitui-se em importante ambiente de convivência para os assentados e suas famílias, e, também, de integração, onde os moradores da cidade podem adquirir os produtos cultivados e processados no Assentamento.

Figura 4 - Panifício e processamento da COOPAT



Fonte: SILVA (2018)

Figura 5 - Sede e secretaria



Fonte: SILVA (2018)

- 30 Essa Cooperativa, a partir de 1999, iniciou a transição da produção no Assentamento para um modelo agroecológico, com o cultivo de arroz orgânico, e em 2002 formou-se regionalmente o Grupo Gestor do Arroz Ecológico, o qual passou a integrar. Hoje, essa rede, composta por mais de 20 assentamentos distribuídos pelo estado, vem destacando o Rio Grande do Sul na posição de maior produtor de arroz orgânico da América Latina, segundo dados do IRGA (SPERB, 2017). Em relação à rede integrada, Cambará explica que a COOPAT é associada à Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (COOTAP), cuja função é buscar alternativas para os associados. Rosa também destaca o sistema de cooperativas como o responsável pela autonomia que conquistaram, ao conseguirem dar conta da cadeia completa de produção: plantio, colheita, industrialização e comercialização do arroz orgânico. “Tudo é produzido no coletivo”, diz ela. E Cambará ressalta que, na COOPAT, adotam um modelo participativo e mantêm uma política de remunerar a todos de forma equânime, não por salário, mas por hora trabalhada. Quanto às famílias que já trabalhavam no local antes deles chegarem, ele explica que optaram por produzir em seus lotes individualmente.
- 31 Em relação ao território, os participantes destacam sua localização como uma grande vantagem do Assentamento, pelo acesso fácil à cidade e à capital, proporcionando, assim, espaço para a comercialização dos produtos e facilitando o acesso às feiras e a participação no projeto de merenda escolar; projeto este, que possibilita que os assentados da região atendam em torno de 400 a 500 escolas na grande região metropolitana de Porto Alegre, suprimindo um polo de milhões de pessoas. Os assentados reconhecem, neste, um lugar privilegiado, pois, além da facilidade de acesso, há água em abundância. Como cita Cambará: “[...] outro privilégio grande é que nós estamos numa riqueza natural que é a Lagoa dos Patos, toda a água que nós temos para a lavoura de arroz nós temos da lagoa.”
- 32 Entretanto, os participantes recordam que, no início do seu estabelecimento, houve muita necessidade de adaptação à nova realidade. Conforme Cambará, mantinham cultivos bem diferentes, e tiveram que buscar o conhecimento para o plantio do arroz, no que contaram com a assessoria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que “[...] fez um bom trabalho com nós, senão nós ia plantar milho numa lagoa, feijão numa várzea, até que dava, mas ia ter que ser treinado, todo um processo diferente, hoje nos adaptamos na planta do arroz e estamos colhendo bem.” Também tiveram dificuldades na adaptação do gado. Nos territórios, como referido por Santos (2000), esses atores vão constantemente se adaptando às condições ambientais e ao meio geográfico local, enquanto recriam estratégias que garantam a sua sobrevivência.
- 33 Cambará explica, ainda, que, na região da Costa Doce, há uma cultura bem diferente daquela do norte do estados do RS e do sul de Santa Catarina, de onde vieram a maioria dos assentados, e que, além da adaptação à realidade da terra, “[...] esse processo mexeu com a gente[...]”, pois, “É uma outra realidade, totalmente outra, então a gente se colocou, assim, tu tem que ter outra atitude cultural, tu tem que ter um outro visual, em termos de produção e até em questão de cultura de pessoas [...]”. Tal referência afina-se à concepção relacional de Saquet (2009), de que as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar por lhe conferirem identidade e ao mesmo tempo serem influenciadas pelas condições históricas e geográficas do lugar.
- 34 Na perspectiva de Cambará, o que os fez se firmarem foi o fato de conviverem no coletivo, “Eu sozinho tenho certeza que não ia aguentar.” Assim, para ele: “Nós fizemos o lugar, isso era tudo uma tapera, nós fizemos o Assentamento.” [grifo nosso]. Ele entende

que o espírito de grupo os fortaleceu e consolidou, pois vieram com suas famílias e que, no grupo, “[...] se tornam uma família de novo.” Nessa forma de se relacionar com o território evidenciam-se os sentimentos e os simbolismos atribuídos ao lugar, como abordado em Santos (2000), de modo que a sua apropriação desse território passou, de fato a associar-se à identidade do grupo e à “afetividade espacial.”

## Disputas e Mudanças Sociais

- 35 Quanto ao relacionamento entre os assentados e as pessoas da cidade de Tapes, os entrevistados sentem-se bem, como refere Cambará: “Então, a nossa relação, hoje nós somos tapenses mesmo, considerados e respeitados [...]”, e completa, “[...] integramos muito fácil, boas relações, nossos guris estão até participando de carnaval, de rodeios, umas coisas da região, muito forte, então não podemos nos queixar”. Ele manifesta, assim, um sentimento de pertencimento à comunidade e aborda a questão do reconhecimento dos assentados a partir da sua produção, identificando uma mudança de visão por parte da sociedade:

Então, eu me sinto assim porque a sociedade começou a entender e ela está olhando com outro olhar para nós, quando nós entramos aqui, há 22 anos, a sociedade de Tapes achou, nós temos tantos problemas em Tapes, agora vem mais uns baderneiros. Porque o MST, o Sem Terra era isso, e nós mostramos na prática. Primeiro, tu tem que mostrar produção para a sociedade, depois a organização e depois você mostrar um projeto. Hoje somos muito bem vistos na região, no município, e no estado. E eu não tenho dúvida, somos bem vistos na América em todos os sentidos por causa de um projeto de um arroz orgânico. (CAMBARÁ)

- 36 Assim, esse reconhecimento não se deve apenas à produção, mas também a sua forma e implicações, como explicitado por Cambará: “Quando tu fala em arroz orgânico não é simplesmente tu botar um arroz, um grão de arroz no prato que é orgânico, é um processo, que é uma questão ambiental, de saúde, é um monte de questões que têm de ser adequadas”. Ele refere que estão adaptados a esses padrões e ressalta que esse tipo de produção serve também como exemplo de que “é possível produzir arroz sem agrotóxico e sem química”. A partir dessa territorialidade ele enfatiza ainda aspectos relacionados à diversidade e à contribuição para o desenvolvimento da região vinculados à agricultura familiar, em contraponto ao sistema de latifúndio/monocultivo:
- 37 [...] porque Tapes existe assim, a agricultura familiar ela quase não existe, aqui só tem latifúndio, né, nem tão grande, mas que tem aquela visão da produção em escala, produção totalmente maquinada, enfim. Então, a agricultura familiar, ela gera, queira ou não queira, a gente observa os municípios da região onde existe bastante agricultores, o município tem mais evolução, não tem o que dizer que não é, porque a agricultura familiar ela não produz só em uma linha de produção, ela tem diversidade, como tem bastante agricultores tem bastante produção. (CAMBARÁ)
- 38 Cambará declara que: “E nós hoje somos muito bem vistos, os assentados, e bem reconhecidos pelas instituições municipais, pelas escolas, pela própria prefeitura, enfim, o conjunto da comunidade”. Contudo, ao falarem sobre as relações do Assentamento com a cidade no início, quando do seu estabelecimento, os participantes demonstram ter sido uma experiência difícil. Rosa relata que foi muito tenso, pois “[...]”

a população mesmo, eles achavam que nós era um bando de baderneiros.” Para ela, “Na verdade, eles não tinham muita informação sobre o que era um assentamento... o prefeito foi muito contra.” Mas, aos poucos, os tapenses foram se acalmando. E os assentados, por sua vez, “A gente entrou pra dentro e foi trabalhar, mas tinha assim aquele apavoramento, que vão ocupar, que agora vão tomar tudo de nós, que vão tomar as casas, mas isso é coisa da cabeça de pessoas que não têm informação [...]”.

- 39 Nesse sentido, nas falas de ambos os entrevistados, ressalta-se um sentimento de descrença quanto à mídia dominante, pelas distorções por ela impostas aos conteúdos do MST. Esse aspecto foi evidenciado no fluxo da pesquisa que abordou as representações sociais construídas pela mídia dominante sobre os Sem Terra e o MST, que, via de regra, demonstrou uma tendência de associá-los à violência, ao vandalismo e até à barbárie, colocando-os em uma posição de ameaça à segurança e à tranquilidade das pessoas. Assim, a repercussão dessas representações sociais foi explicitada nas entrevistas quando os assentados lembraram as difíceis situações vivenciadas, de preconceito e rejeição.
- 40 Segundo Cambará, “No começo era um problema sério, porque quando nós entrávamos na cidade de Tapes, tinha lojas fechando as portas: Tá chegando os baderneiros! Foi uma coisa muito ruim no começo, mas superamos tudo isso.” Ele entende que essa transformação começou a partir do momento em que passaram a apresentar produtos para a cidade, e a fazer feiras, mantendo a política prioritária de venda direta ao consumidor. Houve um período em que vendiam frangos, ovos, pães, legumes, verduras; ele conta que chegaram a suprir 25% do consumo de frango no município e até 60% das verduras, entregando direto nos bairros, primeiro de charrete, carrocinha, depois no “caminhãozinho que era um mercado ambulante”, segundo Rosa. No entanto, as novas legislações impuseram uma série de adequações para que seus produtos continuassem sendo comercializados, exigindo, assim, investimentos que não tinham condições de despende e para os quais não havia programas de incentivo por parte do governo, segundo Cambará.
- 41 Nesse contexto, optaram por concentrar a produção no arroz e no fornecimento da merenda escolar. Atualmente, apenas uma assentada possui banca para comercialização de produtos no mercado público de Tapes. Mas Rosa ressalta que o pessoal da cidade vai ao Assentamento comprar ou mesmo visitar e que há relações de amizade com pessoas da cidade. Isso caracteriza, na perspectiva de Simmel (1983), relações que se baseiam também na sociabilidade, além da interação que se dá pela sociação (que remete à adoção de alguma forma de cooperação/colaboração). Assim, ela também percebe uma boa relação, tranquila, entre os tapenses e os assentados. E ressalta que, a partir da produção que desenvolveram no Assentamento, a população começou a mudar sua percepção, “[...] a relação entre o povo da cidade e do Assentamento melhorou muito.”
- 42 Rosa entende que há pessoas que não os apoiam, “[...] tem gente, mas não é a maioria não, a gente não vai ficar dando muita ‘audiência’ para esse povo que não nos apoia.” Para ela, a relação começou a melhorar há cerca de um ano e meio ou dois, a partir dessas interações, “[...] que o pessoal começou, oh, mas o Assentamento não é aquilo que nós pensava, então a gente reverteu com a produção”. Ela conta ainda que, com o projeto das casas do Assentamento, todo o material para a construção foi comprado na cidade e “todo mundo vendeu e todo mundo pagou [...]”. E, assim, promoveram o debate com a sociedade: “Vocês sabem o que é um assentamento no município?” Nessas interações iniciais, eles alcançaram algum tipo de sociação, o que, na concepção de

Simmel (1983), só passa a existir na medida em que a coexistência isolada dos indivíduos assume formas determinadas de cooperação e de colaboração. Desse modo, o que se iniciou apenas a partir de relações comerciais, posteriormente, evoluiu.

- 43 Foi também referida pelos informantes a relação estabelecida entre o Assentamento e os tapenses a partir da escola, pois seus filhos passaram a estudar no município e, depois, iniciou-se o projeto de fornecimento da merenda escolar. Cambará refere que, na época, fez várias palestras em escolas sobre a importância da agricultura familiar e da reforma agrária, e que os alunos entendiam e depois convenciam os pais. Ele conta que, na época do estabelecimento, quando vieram entre 119 pessoas, houve muitas disputas nas discussões: que a mídia, os jornais, diziam que não se podia aceitar receber Sem Terra porque havia pessoas sem terras na cidade e, para que não se efetivasse o Assentamento, a burguesia alegava que esta era uma área com restrições ambientais, “intocável”. Que se evidenciava, assim, uma disputa pelo latifúndio improdutivo.
- 44 Rosa afirma que, no início, as crianças sofriam muito preconceito na escola, porque eram Sem Terra. “Tudo isso a gente passou, mas foi uma fase.” E complementa, de forma positiva, “Nós temos o nosso trabalho, temos participação nas reuniões, quando somos chamados a gente participa, as escolas mudaram muito, também as professoras e nossas crianças também hoje já não sofrem muito preconceito, temos superado isso.” Cambará conta que, aos poucos, foram convencendo e se aproximando das pessoas, da sociedade: “Mudou os parafuso das pessoas, se apertaram, se afrouxaram, mas é assim que funcionou... então, a área foi improdutivo, mas hoje tem diversidade.”
- 45 Verifica-se, assim, que esses modos de se relacionarem coletivamente foram cultivados e se refletem hoje não apenas nas configurações de organização para o trabalho, mas também nas demais interações e relações desses assentados na sua comunidade. Dentre os significados que emergem nessas manifestações, destaca-se o fato de que os assentados, quando falam de si, da sua vida, é sempre em relação aos coletivos, como a agrovila, as escolas, os encontros. Explicita-se o social sob uma perspectiva de relação, que, conforme Guareschi (2015, p. 80), “[...] constitui o processo de mediação na complexidade entre o mundo interno e o externo, entre o individual e o coletivo, entre o psíquico individual e a realidade psíquica social externa.”

## Considerações Finais

- 46 A expressão “Nós fizemos o lugar” é bastante representativa do sentimento evidenciado pelos assentados em relação ao espaço construído, da agrovila, da convivência no Assentamento. Essa identificação com o espaço e com o modo de vida cultivado configura uma territorialidade camponesa, que privilegia o caráter simbólico e afetivo do lugar. Assim, muito além do caráter funcional, o lugar constitui-se como espaço social vivido, nesse caso, relacionando-se a identidade e grupo de pertença. Inicialmente representando uma conquista coletiva, da terra e do trabalho, esse lugar foi também sendo significado como identidade para os assentados, integrando-se à identidade dos Sem Terra, conservada por eles, ainda que assentados há mais de 20 anos.
- 47 Esse sentimento de realização também se expressa ao contarem sobre como foram transformando a visão das pessoas a partir da apresentação de alimentos para a comunidade, priorizando a venda direta ao consumidor, fazendo feiras. Esse foi um primeiro vínculo, que os auxiliou a quebrar a resistência inicial manifestada. Nas

expressões dos participantes, apreendem-se sentimentos relacionados a autovalorização, reconhecimento e emancipação social a partir do trabalho desenvolvido. Outra forma de relação estabelecida foi a partir da escola, pois seus filhos passaram a estudar no município, e os assentados buscaram também na escola espaços para esclarecer a população, inserindo-se posteriormente no projeto de fornecimento da merenda escolar e estreitando vínculos.

- 48 Conforme referido, os participantes manifestam um forte sentido de grupo, que se manteve ao longo do tempo. Como relatado, esse fator foi fundamental para superarem as dificuldades iniciais de adaptação nesse novo espaço, seja pelas grandes diferenças ambientais, sociais, culturais, seja pela resistência das pessoas em função de não compreenderem o que era de fato um assentamento. Na medida em que se apropriaram desse espaço, essa identidade coletiva expressa na territorialidade os apoiou e os inspirou no sentido de encontrarem novas alternativas de produção, adequadas às características do lugar e sustentáveis sob a perspectiva socioambiental. Evolução, esta, que vem se consolidando ao longo do tempo.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. 2a. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do Território. *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 279-304, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. *Revista NERA, UNESP*, v. 1, n.1, p. 2-44, 1998.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA, UNESP*, ano 8, n. 6, p. 24-34, 2005.
- GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Ética e paradigmas na psicologia social: Identidade, subjetividade, alteridade e ética. In: PLONER, Kátia Simone, et al (orgs.). *Ética e paradigmas na psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 59-71. <<http://books.scielo.org/id/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854-06.pdf>>. Acesso em jul. 2017.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GUARESCHI, Pedrinho. (Org.). Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; CARDENAS, Manuel (Orgs.). *Representações Sociais em Movimento: Psicologia do Ativismo Político*. Porto Alegre - RGS: EDIPUCRS, 2015. v. 1.
- HAESBAERT, Rogério. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre, set. 2004. <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em abr. 2017.



HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2014). <[http://www.incra.gov.br/images/reforma\\_agraria/projetos\\_e\\_programas/relacao\\_beneficiarios/sr07\\_rj.pdf](http://www.incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/relacao_beneficiarios/sr07_rj.pdf)>. Acesso em 17 jan. 2016.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília, 2009, vol.24, n.3, pp.679-712. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922009000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300004)>. Acesso em 25 jul. 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 17-44.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa História. <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso em 22 fev. 2016.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-35, 2009.

SANTOS, Milton *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. *Revista Território*, ano V, n. 9, p. 103-109. Rio de Janeiro: 2000. <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf)>. Acesso em abr. 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio (Org.). Por uma abordagem territorial. SAQUET, Marcos Aurelio (Org.); SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão Popular, 2009.

SILVA, Naiara Machado da. Representações Sociais sobre o Assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS: Confrontações entre Mídias e a voz dos Assentados. 2018. Dissertação – Mestrado profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. São Francisco de Paula, 2018.

SIMMEL, Georg. O problema da sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

SPERB, Paula. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina 2017. *BBC Brasil*. <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em 3 fev. 2018.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. <<http://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2017.

VIAL, Sandra Regina Martini; FORTES, Cristina Lazzarotto. *O direito à terra como terra do direito: um estudo de caso do assentamento Lagoa do Junco – Tapes/RS*. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

## NOTAS

1. Serge Moscovici desenvolveu suas pesquisas na área da Psicologia Social e, a partir da obra *La Psychanalyse, son image, son public*, publicada em 1961, na França, passou a elaborar o estudo das representações sociais, que desponta no início da década de 1980.

2. Esse termo varia conforme o contexto, sendo considerado “sem-terra” a categoria social, “Sem Terra” os integrantes do MST (eles, designam-se dessa forma) e “sem terra” pessoas que não possuem terra, mas sem vinculação com o Movimento.

3. Constituída por signos da unidade em torno de um ideal, a mística envolve diversos símbolos de representação de sua luta, que os Sem Terra vêm criando desde suas primeiras ocupações.

---

## RESUMOS

O artigo discute e analisa aspectos relacionados ao território e à territorialidade constituída pelas famílias de agricultores no Assentamento Lagoa do Junco, que há 23 anos estabeleceram-se no município de Tapes, no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Os dados apresentados no estudo integram uma pesquisa mais ampla, desenvolvida na dissertação de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS, cujo escopo foi a elaboração e a confrontação das representações sociais sobre os Sem Terra, o MST e o Assentamento, a partir de três fluxos de dados. Nestes, a partir dos conteúdos apreendidos nas entrevistas com assentados, as temáticas sobre território e territorialidade emergem como relevante categoria de análise. No processo de territorialização, os assentados, que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passaram a ressignificar o espaço ocupado. Esse território, além de uma conquista coletiva, de terra e trabalho, foi incorporado como identidade para os assentados, integrando-se à identidade dos Sem Terra, conservada por eles após décadas. Evidencia-se, assim, uma territorialidade que privilegia aspectos subjetivos e simbólicos. A cooperação revela-se como dimensão fundamental que se estabelece como uma força de luta, identitária e de trabalho, por parte dos assentados. Destaca-se, ainda, um sentimento de realização expresso pelos assentados quando se remetem ao trabalho desenvolvido. Por meio da produção, foi-se transformando a visão das pessoas da cidade sobre o Assentamento, a partir da apresentação, comercialização e consumo de alimentos. Um trabalho coletivo, que vem evoluindo no sentido de uma produção que privilegia a sustentabilidade, para o ambiente e para as pessoas.

Cet article discute et analyse les aspects relatifs au territoire et à la territorialité constituée par les familles d'agriculteurs de l'Assentamento Lagoa de Junco qui, il y a 23 ans, s'établissent dans la Municipalité de Tapes, dans le Rio Grande do Sul. Les données présentées par l'étude intègrent une recherche plus large, développée dans le cadre du mémoire du Master Professionnel en environnement et développement de l'UERGS, dont le champ d'étude portait sur l'élaboration et la confrontation des représentations sociales sur les Sans Terre, le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST) et l'Assentamento, à partir de trois flux de données. Dans ces cas, à partir du contenu recueilli des entretiens avec les assentados, émergent les thématiques sur le territoire et la territorialité comme une catégorie d'analyse pertinente. Dans le processus de territorialisation, ces assentados, qui intègrent le MST, ont commencé à ressignifier l'espace occupé. Ce territoire, au-delà d'une conquête collective de terre et de travail, a été incorporé en tant qu'identité pour les assentados, intégrant leur identité de Sans Terre, maintenue depuis des décennies. Ainsi, il en ressort une territorialité qui privilégie des aspects subjectifs et symboliques. La coopération se révèle comme une dimension fondamentale s'établissant comme une lutte identitaire et de travail de la part des assentados. Cela met également en évidence un sentiment d'accomplissement exprimé par les colons en se référant au travail développé. Au cours de la production, l'opinion de la ville sur et l'Assentamento a été transformée par la présentation, la commercialisation et la consommation d'aliments. Il s'agit d'un travail collectif, qui a évolué vers une production qui privilégie la durabilité environnementale et sociale.

This article discusses and analyzes aspects related to the territory and territoriality constituted by the families of farmers from Lagoa do Junco settlement, which for 23 years have been established in the city of Tapes, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The data presented in the study of case integrate a broader research developed in the dissertation of Professional Masters in Environment and Sustainability of UERGS, whose scope was the elaboration and the confrontation of the social representations on the Landless, the MST and the Settlement, from three data streams. In these, from the contents seized in the interviews with settlers, the themes on territory and territoriality emerge as relevant category of analysis. In the process of territorialization, the settlers, who are part of the Movement of Landless Rural Workers (MST), have begun to re-signify the occupied space. This territory, as well as a collective conquest of land and labor, was incorporated as an identity for the settlers, integrating the identity of the Landless people, which they have preserved for decades. Accordingly, a territoriality that emphasizes subjective and symbolic aspects is evidenced. Cooperation is revealed as a fundamental dimension which establishes itself as a combat force, identity and work, on the part of the settlers. It also stands out a sense of accomplishment expressed by the settlers when referring to the work developed. Through production, the vision of the people of the city was transformed from the presentation, marketing and consumption of food. A collective work that has been evolving towards a production that privileges sustainability, the environment and people.

## ÍNDICE

**Índice geográfico:** Lagoa do Junco, Tapes (RS)

**Mots-clés:** sentiment d'appartenance, conflits et changements sociaux, coopération, production, représentations sociales

**Keywords:** feeling of belonging, disputes and social changes, cooperation, production, social representations

**Palavras-chave:** sentimento de pertença, disputas e mudanças sociais, cooperação, produção, representações sociais

## AUTORES

**NAIARA MACHADO DA SILVA**

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, naimss@gmail.com

**ALINE REIS CALVO HERNANDEZ**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, alinehernandez@hotmail.com